RESOLUÇÃO CD Nº 09, DE 29 DE OUTUBRO DE 2010.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 15, inciso III, do Estatuto da Fundação (Decreto n.º 69.370, de 18 de outubro de 1971)

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso na forma do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CD n.º 37, de 23 de maio de 1975.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO DIRETOR, em Cuiabá, 29 de outubro de 2010.

MARIA LUCIA CAVALLI NEDER - Presidente

LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - Membro

FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA – Membro

CARLOS TEODORO JOSÉ HUGUENEY IRIGARAY- Membro

DUÍLIO MAIOLINO FILHO – Membro

ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA – Membro

GILSA DA ROCHA MAGRI - Membro

ANEXO ÚNICO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DIRETOR DA UFMT
CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

Art. 1º - A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso será administrada por um Conselho Diretor, presidido pelo Reitor, competindo-lhe gerir o patrimônio da Fundação, de modo a assegurar à Universidade seu pleno desenvolvimento, em consonância com os objetivos previstos na legislação de ensino.

Art. 2º - A estrutura do Conselho Diretor compreende:

I – Plenário;

II – Presidência;

III – Secretaria Executiva;

IV – Órgãos Auxiliares.

Art. 3º - Ao Plenário compete:

I – Elaborar e reformar o Regimento Interno do Conselho.

II – Estabelecer as diretrizes e planos plurianuais para o desenvolvimento da Universidade.

III – Aprovar o Estatuto e o Regimento Geral da UFMT, a fim de submetê-los à aprovação do Conselho Nacional de Educação.

IV – Aprovar a incorporação e a extinção de Unidades Administrativas (UAs) componentes da Universidade.

V – Deliberar sobre a administração e a segurança dos bens da UFMT, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operação de crédito.

VI – Aprovar a realização de convênios ou contratos com entidades públicas e privadas.

VII – Decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza.

VIII – Examinar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório anual de atividades da UFMT e respectivas prestações de contas referentes ao exercício anterior.

IX – aprovar, no segundo semestre de cada ano, o plano de atividades da UFMT e respectivo plano orçamentário para o exercício seguinte.

X – Autorizar despesas extraordinárias ou suplementares justificadas pelo Reitor.

XI – Fixar taxas para a cobrança de serviços de procedimentos acadêmicos.

XII – Estabelecer normas de uso, ordenação e ocupação de bens e do solo dos campi da UFMT, aprovando o seu Plano Diretor.

XIII – Estabelecer normas para a demissão, remuneração, promoção, punição e dispensas do pessoal da UFMT e organizar os respectivos quadros na forma da legislação em vigor.

XIV – Diligenciar, anualmente, junto ao Governo Federal, a inclusão de dotações orçamentárias ou fornecimento de outros recursos necessários à programação dos trabalhos da UFMT.

XV – Julgar os recursos interpostos contra atos do Reitor e decisões do Conselho Universitário (CONSUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que tratem de matéria administrativo-financeira.

XVI – Decidir sobre aquisição e alienação de bens imóveis da UFMT.

XVII – Aprovar os planos de trabalho e os relatórios anuais da Auditoria Geral da Universidade.

XVIII – Deliberar sobre a incorporação à Universidade de outras instituições de ensino, oficiais ou particulares.

XIX – Resolver os casos omissos.

Parágrafo único. As sessões do Conselho são públicas, devendo ser veiculado no site da UFMT uma sinopse com suas deliberações.

Art. 4º - O Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso será o Presidente do Conselho Diretor, coincidindo o seu mandato com o de membro do Conselho podendo ser reconduzido uma vez.

Parágrafo único. O Reitor será substituído na função de Presidente do Conselho Diretor, em suas faltas ou impedimentos, sucessivamente pelo Vice-Reitor e por um membro do Conselho Diretor, escolhido por dois terços de seus pares.

Art. 5º - Ao Presidente do Conselho Diretor, além de suas atribuições gerais de superintendência de todos os serviços, compete:

I – Representar o conselho nas suas relações externas.

II – Dirigir os trabalhos, observando e fazendo cumprir o regimento.

III – Convocar os Conselheiros para as sessões ordinárias e extraordinárias, com um mínimo de quarenta e oito (48) horas de antecedência.

IV – Propor reformas ao Estatuto da FUFMT, ao Regimento Geral da Universidade e ao Regimento Interno do Conselho Diretor.

V – Tomar compromisso de posse dos Conselheiros.

VI – Proferir voto de qualidade, quando houver empate.

VII – Iniciar de ofício o processo para destituição de mandato de Conselheiro, nos termos do art. 12, incisos “III” e “IV”;

VIII – Declarar vagas as funções de Conselheiro nas hipóteses do artigo 12.

IX – Abrir, numerar, rubricar e encerrar livros de ata e de distribuições.

X – Delegar, poderes, “ad referendum” do Conselho, para a representação da FUFMT junto a entidades nacionais e internacionais.

XI – Receber os recursos interpostos contra atos do Reitor e dos Conselhos e encaminhá-los à distribuição.

XII – Receber as minutas de Resolução ou de Decisão apresentada por Conselheiro, determinando envio ao protocolo e inserção na pauta.

XIII - Submeter à deliberação do Conselho Diretor os assuntos que considere relevantes.

§ 1º - A antecedência de quarenta e oito (48) horas, mencionada no inciso III, poderá ser abreviada e a indicação da pauta omitida, desde que os motivos sejam justificados no documento de convocação ou no início da reunião.

§ 2º - A apresentação de minuta pelo Conselheiro, de que trata o inciso XII, o credencia como relator da matéria, assim devendo apresentar texto fundamentado na forma de Relatório e Voto, seguindo-se a votação nos termos deste Regimento.

Art. 6º - À Secretaria Executiva do Conselho, exercida por funcionário designado pelo Reitor, dos quadros da Secretaria dos Órgãos Colegiados compete:

I – Zelar pelo bom andamento do serviço do Conselho.

II – Preparar a agenda dos trabalhos do Conselho.

III – Convocar os membros do Conselho para as sessões, por determinação do Presidente.

IV – Detalhar os itens de pautas relativos a procedimentos para Relator, que conterão número do procedimento, a indicação do objeto, o interessado e o nome do Relator.

V – Secretariar as sessões do Conselho.

VI – Redigir os atos e demais documentos referentes às decisões tomadas pelo Conselho.

VII – Guardar todo o material do Conselho e manter atualizados os respectivos registros.

VIII – Guardar o livro de posse dos conselheiros e o livro de distribuição de processos.

IX – Manter atualizada a correspondência do Conselho Diretor.

X – Entregar os processos aos conselheiros relatores.

XI – Divulgar as decisões do Conselho na forma regimental.

Art. 7º - O Conselho Diretor poderá constituir órgãos auxiliares, permanentes ou temporários, aprovados pela maioria de seus membros, para tanto podendo designar funcionários sem prejuízo de suas funções.

Parágrafo único. As comissões temporárias serão constituídas com um mínimo de três (03) membros, com objeto definido e com prazo de encerramento.

Art. 8º - A Auditoria Geral constitui órgão auxiliar do Conselho Diretor, de caráter permanente, competindo-lhe:

I - Organizar e executar serviços de auditoria e assessoramento do Conselho Diretor;

II – Proceder ao acompanhamento da execução dos programas e do orçamento vinculado;

III – Atestar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento.

§ 1º - As auditorias devem ser periódicas, sistemáticas e efetuadas de acordo com planos de trabalho previamente elaborados pela auditoria geral e aprovados pelo Plenário do Conselho, com observância às normas legais.

§ 2º - A Auditoria Geral será regida por regimento aprovado pelo Reitor-Presidente.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR

Art. 9º - O Conselho Diretor será presidido pelo Reitor e constituído por mais seis membros e respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, assim especificados: três membros de livre escolha do Presidente da República; um membro indicado pelo Ministro da Educação; um membro indicado pelo Governo do Estado de Mato Grosso; e um membro indicado pelas classes empresariais do Estado; todos nomeados pelo Presidente da República.

Art. 10 - Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por seis (06) anos, podendo ser reconduzidos uma só vez.

§ 1º - O conselheiro nomeado tem o prazo de trinta (30) dias, prorrogáveis por mais trinta (30), mediante justificação, para tomar posse.

§ 2º - Os Conselheiros nomeados prestarão compromisso e tomarão posse no cargo em sessão do Conselho.

§ 3º - A renovação do Conselho Diretor, em casos de extinção ou término de mandato, far-se-á mediante nomeação do Presidente da República, em obediência aos preceitos da Lei n.º 5.647, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 11 - O Conselheiro será licenciado, por decisão do Conselho Diretor, nos casos permitidos em lei, hipótese em que será substituído pelo respectivo suplente.

Art. 12 - Os membros do Conselho terão seus mandatos extintos ou serão destituídos das funções nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – ausência, sem justificativa, a três reuniões consecutivas;

IV – procedimento incompatível com a dignidade das funções, assegurada, entretanto, ampla defesa;

Parágrafo único - Os casos de destituição de mandato previstos nos incisos III e IV deste artigo serão deliberados pelo Conselho Diretor, com aprovação por dois terços (2/3) de seus membros e efetivados através de ato do Presidente da República.

CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS

Art. 13 - Os documentos apresentados ao Conselho Diretor, à exceção da correspondência e aqueles referentes a procedimentos em andamento, serão registrados no protocolo, no dia de sua apresentação

§ 1º - Os procedimentos terão numeração própria, além das designações do protocolo.

§ 2º - Autuados os processos, estes serão distribuídos a um Relator pela Secretaria Executiva do Conselho, seguindo a ordem da pauta.

§ 3º - O Conselheiro Relator, entendendo que deva o feito ser mais bem instruído ou carecendo de manifestação de setor especializado, monocraticamente o converterá em diligência.

§ 4º - Após lançar Relatório e Voto, o Conselheiro Relator indicará o feito à Secretaria para inclusão em pauta.

Art. 14 - O Conselho Diretor reunir-se-á com a presença de dois terços (2/3) de seus membros, ordinariamente, na última semana de cada mês, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por dois terços (2/3) de seus membros.

Parágrafo único - O membro do Conselho Diretor que não puder comparecer à reunião para a qual for convocado, deverá comunicar à Secretaria do Conselho a impossibilidade, de preferência por escrito, justificando o motivo, com antecipação necessária para a convocação do suplente.

Art. 15 - A ordem dos trabalhos nas reuniões do Conselho será a seguinte:

I – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, a qual será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

II – Leitura de correspondência.

III – Leitura da pauta e verificação de solicitação de retirada, adiamento, inclusão, ou inversão de item da pauta.

IV – Relatório e votação da matéria constante da pauta.

V – Assuntos gerais.

§ 1º - Aprovado o regime de urgência por maioria dos presentes, não será permitida a concessão de vistas, a não ser para exame do processo no recinto do plenário e na própria reunião, impondo-se, assim, a deliberação da matéria.

§ 2º - O adiamento ou a inclusão da matéria constante da pauta somente poderá ocorrer com a aprovação da maioria do Conselho.

§ 3º - A votação será feita nominalmente, votando primeiramente o Relator da matéria e, em seguida, os Conselheiros por ordem de antiguidade.

§ 4º - Aberta vista a membro do Conselho, ficará este obrigado a proferir seu voto, por escrito, na primeira sessão subsequente do Conselho.

Art. 16 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria dos presentes e por votação nominal.

§ 1º - As conclusões com caráter normativo ou regulatório serão lançadas na forma de Resolução e publicadas no Boletim Oficial de Atos Administrativos Internos da Universidade.

§ 2º - As conclusões que possuem caráter homologatório, mandamental, autorizativo e que definam competências serão redigidas na forma de Decisão e publicadas na forma de extrato no Boletim Oficial de Atos Administrativos Internos da Universidade.

Art. 17 - As atas das sessões escritas e subscritas pelo Secretário executivo do Conselho, contarão com precisão todas as ocorrências, constando de seu conteúdo:

I – data (dia, mês, ano) da sessão, bem como a hora de sua abertura;

II – Nome do presidente e dos demais Conselheiros presentes à sessão, bem como os convidados, se houver;

III – notícia sucinta das decisões proferidas, declarando-se a espécie de processo, os votos divergentes e o nome dos seus relatórios, as diligências e os adiamentos e seus motivos.

§ 1º - A transcrição integral de qualquer documento na ata depende da aprovação da maioria dos Conselheiros.

§ 2º - A ata será encaminhada aos Conselheiros com a pauta da reunião subsequente e apreciada pelo Plenário na forma do art. 15, I deste Regimento.

§ 3º - Após aprovadas as atas serão depositadas em arquivo específico na página eletrônica da Universidade

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO DIRETOR, em Cuiabá, 29 de outubro de 2010.

MARIA LUCIA CAVALLI NEDER - Presidente

LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE - Membro

FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA – Membro

CARLOS TEODORO JOSÉ HUGUENEY IRIGARAY- Membro

DUÍLIO MAIOLINO FILHO – Membro

ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA – Membro

GILSA DA ROCHA MAGRI - Membro